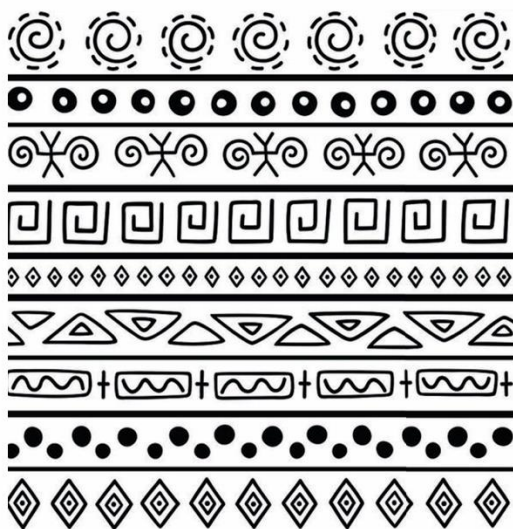




CleanAID

Reforçar a Transparência e prevenir
a Corrupção na Ajuda Humanitária
e Cooperação para o Desenvolvimento

O papel das ONGs

18 de setembro 2019 | ISCTE

CleanAID: o papel das ONGs no reforço da Transparência e prevenção da Corrupção na Ajuda Humanitária e Cooperação para o Desenvolvimento

18 setembro 2019, 9h-13h, ISCTE

Em 2017, o Global Financial Integrity (GFI) divulgou o relatório “*Illicit Financial Flows to and from Developing Countries: 2005-2014*”, denunciando que 13,8% do comércio total mundial em 2014 traduzia fluxos financeiros ilícitos provenientes de nações em desenvolvimento, e no passado dia 11 de julho, Dia Africano de Luta contra Corrupção, a Transparency International e o Afrobarometer publicaram a décima edição do Barómetro Global de Corrupção para África (GCB Africa)¹, a maior e mais detalhada pesquisa de opinião pública sobre suborno e outras formas de corrupção em África, dando nota de que mais de um em quatro cidadãos, o equivalente a mais de 130 milhões de pessoas, pagaram subornos nos últimos 12 meses para aceder a serviços públicos, tais como documentos de identidade, saúde e educação.

Um pouco por todo o mundo, a corrupção, a má governança e o desvio de recursos são obstáculos ao desenvolvimento económico, político e social, impactando negativamente o exercício de liberdades e garantias fundamentais. Mas em geografias mais carenciadas, os efeitos da corrupção são especialmente devastadores, sobretudo quando se fazem sentir também nas iniciativas de Ajuda Humanitária e de Cooperação para o Desenvolvimento, tantas vezes determinantes para a supressão de necessidades básicas.

Disso mesmo deu conta o Secretário Geral da ONU Ban Ki-moon em 2012, ao afirmar que, só no ano anterior, a corrupção tinha impedido 30% da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) de chegar ao seu destino final², e instigando os países a empreenderem esforços concertados para investigar, prevenir e combater o uso indevido desses fundos.

Três anos mais tarde, este compromisso com a integridade foi vertido nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (2015), nomeadamente através da *Addis Ababa Action Agenda* (AAAA) que demanda a redução substancial e/ou eliminação de fluxos financeiros ilícitos até 2030.

A União Europeia (UE) em particular tem sido muito ativa, anunciando uma política de tolerância zero à corrupção e a Comissão Europeia (CE) vem trabalhando de modo concertado com os Estados-membros para garantir que os fundos

¹ https://www.transparency.org/gcb10/africa?/news/feature/global_corruption_barometer_gcb_africa_2019

² ECOSOC 2012 High Level Panel on ‘Accountability, Transparency and Sustainable Development: Turning Challenges into Opportunities’

de ajuda da UE são gastos de forma eficaz e, sobretudo, que se mantém a confiança dos cidadãos no sistema europeu de APD³.

A APD continua a ser a maior fonte de apoio ao crescimento económico e bem-estar dos Países em Desenvolvimento, mas os últimos anos vêm demonstrando alterações significativas no modelo de concessão de apoios, e uma redução na afetação de fundos especificamente dirigidos à erradicação da pobreza e erosão das desigualdades sociais nesses países.

De acordo com o relatório CONCORD AidWatch 2018⁴, na União Europeia (UE) - coletivamente responsável por mais de 50% de toda APD - registou-se uma redução de 4% na APD em 2017 face a 2016, sendo este o valor mais baixo desde 2012. A UE está atualmente longe de cumprir o compromisso coletivo de alocar 0,7% do Rendimento Nacional Bruto a APD, e anualmente são cada vez menos os recursos especificamente dirigidos à cooperação para o desenvolvimento.

Em paralelo com o maior enfoque dado ao acolhimento a refugiados, operações de alívio de dívida pública e à chamada Ajuda Ligada, ou seja, o apoio sob a forma de empréstimos condicionados à aquisição de bens e serviços de empresas dos países doadores, assiste-se a uma pressão sem precedentes sobre a APD e ONGs e profissionais trabalhando na área da Ajuda Humanitária e Cooperação para o Desenvolvimento, em larga medida fruto da crise financeira e do advento do Populismo, mas também do maior escrutínio da opinião pública sobre o modo como são distribuídos os fundos.

Nunca como antes se questionou tão veementemente o impacto e eficiência das iniciativas de ajuda, e por isso é fundamental colocar no centro do debate também o papel das instituições e profissionais do setor na salvaguarda dos princípios estruturais da APD, o que passa necessariamente por incrementar de forma significativa a transparência das operações e melhorar os sistemas de monitorização, reporte e *accountability*.

Embora a UE disponha de um bom enquadramento institucional para combater o desvio de fundos nas suas próprias operações de Ajuda Humanitária e de Cooperação para o Desenvolvimento, estas são geralmente executadas por terceiros, nomeadamente ONGs ou instituições equiparadas, muitas vezes sem um plano claro de combate à corrupção, sistemas de *due diligence* e de monitorização ou avaliação capazes de atuar eficazmente.

O projeto [CleanAID | Supporting Portuguese NGOs assessing corruption risks in Development and Humanitarian Aid](#) é uma iniciativa da Transparência e Integridade (TI-PT) com o apoio institucional do Centro de Estudos Internacionais do ISCTE-IUL (CEI-IUL) e co-financiado pelo Programa Cidadão Ativ@s (EEA Grants). Tem como objetivo capacitar as ONGs portuguesas – e em particular as ONGDs – no reforço da transparência e prevenção da corrupção na Ajuda Humanitária e Cooperação para o Desenvolvimento.

A conferência [CleanAID](#), a realizar na manhã do próximo dia 18 de setembro no ISCTE, contará com a presença de Gro Skaaren-Fystro, *Special Advisor* na Transparency International Norway, e responsável pelo desenho e implementação do programa de formação de prevenção da corrupção em operações humanitárias da International Federation of Red Cross and Red Crescent Societies (IFRC).

A acompanhá-la estará um painel de oradores nacionais, que discutirão o papel das ONGs e da transparência na implementação da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável.

Marque na sua agenda!

As inscrições estão limitadas aos lugares disponíveis.

Formalize a sua participação preenchendo o [formulário de inscrição](#).

³ The 'New European Consensus on Development - Our World, Our Dignity, Our Future', 2017

⁴ <https://concordeurope.org/blog/2018/10/17/aidwatch-report-2018/>